



RPPS

Fundo de Aposentadoria e Pensão do
Servidor – FAPS

DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO-RS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2016

1. FINALIDADE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Este documento estabelece o modelo de investimentos e gerenciamento dos ativos do RPPS, segundo suas características e objetivos, visando à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial entre os seus ativos e passivos, além das demais obrigações decorrentes da Resolução CMN n.º 3922/2010 e legislação vigente.

Esta política de Investimentos foi elaborada para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos do RPPS.

A política de investimento prevê uma descrição da filosofia e das práticas de investimento do RPPS, representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro, e foi desenvolvida para servir como um plano para a gestão dos ativos da Entidade para investimento.

2. DAS CARACTERÍSTICAS DO RPPS

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Doutor Maurício Cardoso-RS, foi criado em 01 de junho de 1990. Atualmente o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS, conta com 194 participantes ativos, 37 inativos e 18 pensionistas.

A meta atuarial perseguida é a taxa de juro de 06% (seis por cento) a. a. mais o indexador do IPCA anual.

A contribuição ao RPPS é de 11% (onze por cento) dos servidores, e de 18,00% (dezoito por cento) do ente federativo, mais 12,70% (doze vírgula setenta por cento) de amortização do Passivo atuarial, conforme plano de amortização.

3. OBJETIVOS

A Política de Investimentos do RPPS do Município de Doutor Maurício Cardoso visa a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial entre os seus ativos e passivos, buscando constituir reservas suficientes para o pagamento dos benefícios atuais e futuros dos seus servidores ativos, inativos e pensionistas, tendo presente as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, proteção e prudência financeira, e transparência necessários e exigidos pela legislação em vigor.

A estratégia de gestão e alocação dos diversos segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de curto, médio e longo prazo entre ativos e as obrigações buscando a superação da taxa da meta atuarial. Tal diversificação é necessária em função da volatilidade esperada para o ano, podendo ser revista a qualquer tempo, e re-encaminhada para sua aprovação com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

Esta Política de Investimentos será revista anualmente pelos responsáveis pela gestão do RPPS, e aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação, conforme determina a legislação.

4. AVALIAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO

Com relação ao cenário econômico internacional, os Estados Unidos mantiveram-se como líderes no processo de recuperação econômica, apesar de terem frustrado boa parte das expectativas devido à resistência dos índices de inflação, que continuam muito abaixo do desejado. Assim, pouco a pouco aproxima-se o momento de dar início ao tão aguardado processo de elevação da taxa básica de juros do país, que pode ocorrer em dezembro de 2015 ou no primeiro trimestre de 2016. A China, por sua vez, continua em sua trajetória de transição lenta de um modelo econômico voltado ao investimento e desenvolvimento de infraestrutura para um novo padrão, agora mais direcionado à expansão do consumo interno. Porém, ainda que gradual, esta mudança tem gerado apreensão entre analistas e empresários e, mesmo que bem sucedida, causará impactos importantes nos diferentes setores da economia, causando volatilidade em relação à percepção que se tem sobre este processo. De toda forma, espera-se que a China seja capaz de ultrapassar as desconfianças e formar um novo mercado consumidor importante ao longo dos próximos anos. Completando o cenário externo, pode-se dizer que a Europa obteve sucesso parcial em suas políticas de estímulo à atividade econômica em 2015 e deixou de ser foco de graves incertezas para o mercado financeiro neste período. Contudo, uma vez que a recuperação ainda parece não “caminhar com suas próprias pernas” e a região vive uma preocupante crise migratória, esta pode voltar aos noticiários econômicos em breve. Especificamente em relação ao mercado financeiro, espera-se que o Banco Central Europeu (BCE) anuncie em algum momento a ampliação do programa de estímulos monetários em vigor, tendo em vista um maior incentivo ao crescimento econômico na região.

No Brasil, ao longo de 2015 observou-se um agravamento da situação política e econômica, o que nos trouxe a um cenário de bastante incerteza e volatilidade. A despeito dos conflitos políticos e partidários, a equipe econômica tem se mostrado resiliente e, apesar dos obstáculos, tem insistido na defesa das reformas econômicas consideradas necessárias, no corte de gastos públicos e no controle da inflação. Tendo em conta a sinalização do ministro da Fazenda e dos diretores do Banco Central que fazem parte do Comitê de Política Monetária (Copom), vê-se uma tendência preponderante de que a taxa Selic seja mantida no atual nível de 14,25% ao ano por um período razoavelmente prolongado. Apesar disso, as projeções de inflação para 2016 tem subido e podem ultrapassar o teto da meta oficial ao longo dos próximos meses. Neste sentido, pode-se citar dois riscos maiores: 1) devido à forte contração da atividade e piora do mercado de trabalho, parte da disposição da autoridade monetária pode dissipar-se e voltar a estimular o crédito para tornar o ajuste menos doloroso; e 2) caso o aumento do juro nos Estados Unidos tenha impacto significativo nos preços dos ativos domésticos e o ajuste fiscal brasileiro decepcione, podemos ver o ressurgimento da volatilidade dos mercados financeiros. Assim, projeta-se para o próximo ano uma queda importante da atividade econômica, um quadro de taxa de desemprego acima de 10% e inflação ainda resistente, mas iniciando um processo de desaceleração gradual.

5. DOS INVESTIMENTOS

Os recursos do RPPS, observadas as limitações e condições estabelecidas na legislação vigente, devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

- Segmento de Renda Fixa
- Segmento de Renda Variável
- Segmento de Imóveis

Os Gestores realizarão comparativo entre os diversos fundos de investimentos e carteiras administradas no sentido de maximizar a rentabilidade.

As estratégias de investimento e desinvestimento serão adotadas com base nas seguintes premissas:

I- as aplicações serão direcionadas para instituições financeiras oficiais;

II- os ativos que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento, a exceção dos títulos públicos, devem estar classificados como de baixo risco de crédito, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país;

III- acompanhar a variação e o retorno dos fundos de investimento, com vistas ao alinhamento da meta atuarial.

Deste modo, fundos com baixa rentabilidade serão reavaliados e poderão ser excluídos do portfólio, com consequente alocação dos recursos em fundos com melhor performance.

6. DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

a. COMPOSIÇÃO E LIMITES

Os recursos do RPPS deverão ser distribuídos na seguinte composição e limites:

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite Alocação %	
a. Renda Fixa - Art. 7º		
a.1. Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a"	Até 100%	
a.2. FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	Até 100%	Em cotas de fundos de investimentos, constituído sob a forma de condomínio aberto, com carteiras representados exclusivamente pelos títulos do Tesouro Nacional, com busca de retorno no IMA ou IDKA.
a.3. Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0	
a.4. FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	Até 80%	Em cotas de fundos de investimentos, classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos de forma de condomínio aberto, buscando retorno nos subíndices IMA ou IDKA, com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.
a.5. FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	Até 30%	Em cotas de fundos de investimentos classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho em renda fixa, constituídos sob forma de condomínio aberto.

a.6. Poupança - Art. 7º, V	Até 05%	
a.7. FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	Até 08%	Em cotas de fundos de investimentos em direito creditório, constituído sob forma de condomínio aberto.
a.8. FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	Até 3%	
a.9. FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	Até 3%	Em cotas de fundos de investimentos classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".
b. Renda Variável - Art. 8º	Até 30%	
b.1. FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	Até 10%	Em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimentos indicador de desempenho vinculado ao IBrX ou IBrX-50.
b.2. FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	Até 10%	Em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsas de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.
b.3. FI em Ações - Art. 8º, III	Até 15%	Em cotas de fundos de investimentos de ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50.
b.4. FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	0	
b.5. FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0	
b.6. FI Imobiliário - cotas negociados em bolsa - Art. 8º, VI	0	
c. Total	100%	

b. VEDAÇÕES

Os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, além das vedações previstas na legislação vigente, submetem-se as seguintes:

- Aplicação em cotas de fundos de investimentos com exposição em derivativos superior a uma vez seu Patrimônio Líquido;
- Realizar operações denominadas *day trade*, (compra e venda de ações ou títulos na mesma data), fora dos casos previstos;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na legislação;
- Aplicar Recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos em direitos creditórios, cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma, e em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

c. OPERACIONALIZAÇÃO

Forma de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na legislação (inciso I, §1º, art.15 da Resolução nº 3922/2010 de 25/11/2010), a atividade de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo RPPS será realizada por gestão própria.

7. DA RENTABILIDADE E LIMITE DE RISCOS

Meta Atuarial

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE mais 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequada ao atendimento dos compromissos atuariais.

A escolha do IPCA deve-se ao fato de que a política salarial do Município vem sendo balizada por esse índice.

8. DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO AGENTE CUSTODIANTE

Para contratação e manutenção do agente custodiante responsável pelos fluxos de pagamento e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e variável se observará:

- Transparência das informações prestadas
- Fornecimento de relatórios
- Qualidade da equipe técnica
- Gerenciamento de risco
- Cumprimento da Política de Investimentos.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A legislação vigente e as diretrizes emanadas nesta Política de Investimentos, deverá ser observada pelos gestores responsáveis pelo RPPS, em conjunto com o órgão superior de supervisão e deliberação, zelando pela promoção de elevados padrões éticos nas operações e controles dos recursos do RPPS, cabendo também ao Conselho Fiscal acompanhar a aderência da gestão de recursos à regulamentação em vigor e a presente Política de Investimentos.

A vigência da presente Política de investimentos será até 31 de dezembro de 2016, devendo ser revisada anualmente pelos gestores dos recursos do RPPS, com apoio do Comitê de Investimentos e cumprida a Legislação em vigor.

Doutor Maurício Cardoso-RS, 28 de dezembro de 2015.

DELTON LUIZ BRANDALISE
Presidente do COADFAPS

NOLI ROQUE AIMI
PREFEITO MUNICIPAL